

**MEMÓRIA
DE REUNIÃO**REUNIÃO COM A COLÔNIA DE PESCADORES Z21 E
LIDERANÇAS DAS ASSOCIAÇÕES DE PESCADORES DO
ENTORNO DO RESERVATÓRIO.**MEM03 COLÔNIA DE PESCADORES DE SÃO FIDÉLIS E ASSOCIAÇÕES DA ADAE DO
RESERVATÓRIO**

| | | |
|---|------------------------|-------------------------|
| Data: 22/03/2012 | Início: 14:00 h | Término: 17:00 h |
| Local: Sede do Consórcio UHE Itaocara em Itaocara/RJ | | |
| Objetivo: Dar continuidade ao processo de negociação com as lideranças dos pescadores para elaboração do termo de acordo coletivo para a categoria de pescadores artesanais atingidos pela UHE Itaocara. | | |

| Participantes | Entidade | Competência Técnica |
|---|---|---|
| Antônio Teixeira Pinto | Ass. Pesc. Pedra Furada | Presidente |
| Isael Teixeira Pinto | Ass. Pesc. Pedra Furada | Associado |
| Josias Sabino Pinto de Faria | Ass. Pesc. Artesanais do Rio Paraíba do Sul (atualmente inativa). | Ex-presidente |
| Winer Pereira Monteiro (Nino) | Ass. Pesc. Artesanais do Rio Paraíba do Sul (atualmente inativa). | Associado |
| José Francisco Melo (Neném) | APPROSAP | Presidente |
| Sirley de Souza Ornelas | Colônia Z-21 | Presidente |
| Jose Ferreira Silva (Ratinho) | Colônia Z-21 | Associado em Cambuci |
| Francisco Carlos Paiva Martins (Carlinho Porquinho) | Colônia Z-21 | Associado |
| Daniel Fortes Fonseca | Colônia Z-21 | Associado em Itaperuçu |
| Rivani dos Santos Rufino | Ass. São Sebastião do Paraíba | Associado |
| Ernani Bastos | Ass. São Sebastião do Paraíba | Presidente |
| Neuzita Mendes Ferreira | Consultoria e Assessoria em Assistência Social e Perícia Socioambiental | Assistente Social representante da Z-21 |
| Pompilio Guimarães | Consultoria e Assessoria em Assistência Social e Perícia Socioambiental | Advogado representante da Z-21 |
| Alan Ducasble | Ministério da Pesca e | Superintendente interino |



MEMÓRIA DE REUNIÃO

REUNIÃO COM A COLÔNIA DE PESCADORES Z21 E
LIDERANÇAS DAS ASSOCIAÇÕES DE PESCADORES DO
ENTORNO DO RESERVATÓRIO.

| | | |
|---------------------|---|-----------------------|
| | Aquicultura (SFPA-RJ) | |
| Maria Paula Almeida | Ministério da Pesca e Aquicultura (SFPA-RJ) | Engenheira de Pesca |
| Redelvim Dumont | Consórcio UHE Itaocara | Coordenador Ambiental |
| Karen Esteves | Consórcio UHE Itaocara | Analista Ambiental |
| Jackelline Faria | Consórcio UHE Itaocara | Assistente Social |
| Mayra Fuly Pinto | Consórcio UHE Itaocara | Assistente Social |

SÍNTESE

Esta reunião teve como objetivo dar continuidade ao processo de negociação com as lideranças dos pescadores para elaboração do termo de acordo coletivo para a categoria de pescadores artesanais atingidos pela UHE Itaocara.

Temas relevantes abordados:

Apresentação de todos os participantes e distribuição de crachás de identificação

Conforme acertado entre as partes, compareceram à reunião somente as lideranças da Z-21 que representaram as diversas associações existentes ao longo do rio Paraíba do Sul no trecho da Área de Influência Direta da UHE Itaocara. Desta forma, o grupo foi reduzido de 36 para cerca de quatorze participantes, o que facilitará o processo das reuniões para a negociação. Registra-se que o Sirley reitera a todo o momento que somente estarão sob sua liderança aqueles pescadores filiados à Z-21, ou seja, os pescadores artesanais que possuem carteira de pescador junto à Z-21.

Estavam presentes na reunião o Sr. Pompilio e a Sra. Neuzita – advogado e assistente social que representam a Colônia Z-21.

Fizeram-se presentes também dois representantes do Ministério da Pesca - MPA, o Sr. Alan Ducasle e a Sra. Maria Paula Almeida.

Leitura da pauta e proposta para condução dos trabalhos;

Inicialmente o Sr. Redelvim fez uma breve apresentação da proposta da pauta da reunião a ser seguida, que abordaria os seguintes itens:

Histórico das reuniões anteriores;

Foi feito um breve relato das três reuniões realizadas anteriormente com os representantes dos pescadores e das reuniões com o representante da colônia Z-21, salientando as dificuldades encontradas na ocasião das reuniões devido ao grande número de participantes e à troca/alternância constante dos mesmos. Nesta oportunidade relataram-se os principais interesses dos pescadores que foram registrados nos encontros e a necessidade de se trabalhar com um grupo constante.

Proposição da metodologia para condução dos trabalhos para elaboração do termo de acordo;

Cronograma: os trabalhos para a elaboração do termo de acordo serão realizados no período compreendido entre os meses de abril e outubro de 2012;

Desenvolvimento dos trabalhos: os trabalhos serão desenvolvidos em formato de oficinas, que terá como produto final o termo de acordo. Neste sentido, ações tais como levantamento de interesses, análise dos interesses à luz dos impactos causados pelo empreendimento e (critérios) proposição de medidas que reduzam os impactos causados pelo empreendimento são imprescindíveis. Nesta oportunidade foi feita uma correlação de alguns interesses dos pescadores com determinados impactos causados pelo empreendimento, de maneira que ficasse evidenciada a necessidade do aprofundamento do conhecimento sobre os temas para que possamos adotar a medida mitigadora adequada: ex.: público alvo do projeto – realização de um “cadastro” para saber quem pesca no trecho da AID.

Neste momento, houve duas interferências importantes: a primeira do Sr. Pompilio, que tentou desqualificar o processo de informação e elucidação das questões ora proposto, dizendo que todos ali já sabiam dos impactos causados pelo empreendimento e que a perda seria total e irreversível, que não adiantava ficar mostrando os impactos como se não fossem causar danos graves. Disse ainda que sua equipe foi a vários empreendimentos e ouviu relatos terríveis sobre os danos e que a população de pescadores encontrava-se sempre à mingua após a construção dos barramentos. Desta forma deveríamos partir para uma negociação mais direta e rápida, com menor número de participantes, visto que ele representa 380 atingidos e acha o tempo proposto para os trabalhos é um absurdo.

A Sra. Neuzita pediu a palavra para demonstrar sua preocupação com a preservação dos direitos humanos e a necessidade de se adotar medidas efetivas de proteção para os pescadores e suas famílias, pois em todos os locais onde houve barramentos, a categoria de pescadores foi a que mais sofreu com os impactos.

Houve diversas manifestações por parte dos líderes dos pescadores, dizendo que o que eles querem é dinheiro e que seja rápido, entretanto, se as medidas para a colônia forem adotadas serão bem vindas, mas são de interesse secundário, reforçando assim a posição do Sr. Pompilio.

Informamos que sem aprofundar o conhecimento sobre as possíveis perdas e interesses divergentes, não haverá como realizar as ações supracitadas e que a nossa política será a de fortalecer a colônia e a manutenção da atividade produtiva, favorecendo assim o público de pescadores como um todo e que as medidas para os pescadores no trecho do barramento serão diferenciadas.

Por diversas vezes o Sr. Josias, nosso convidado (não foi convidado pelo Sr. Sirley por ter discutido com o Sr. Pompilio e Sra. Neuzita durante reunião deles em que foi solicitada adesão aos termos do advogado), interferiu no andamento da reunião falando do tempo perdido, dos prejuízos causados ao longo dos anos devido às indefinições, da questão dos proprietários rurais de Porto Marinho que estão ficando sem negociar, etc..

A segunda interferência relevante foi feita por parte do Sr. Sirley, que discordou de maneira veemente da elaboração de um “Cadastro”, visto que não é função do Consórcio e sim do MPA. Desta forma, entende que os pescadores atingidos são todos os registrados na Z-21 cujo cadastro e carteiras são feitas pelo MPA. Reafirmou também que haverá perdas significativas e irreversíveis, que não adianta ficar discutindo o que todos já sabem.

O Sr. Redelvim questionou o posicionamento do Sr. Pompilio quanto à sua representatividade e que estava sendo desarticulador e contraditório, quando propunha a redução dos participantes/líderes na mesa de negociação e simplificação da questão a quesitos meramente pecuniários. Quanto à questão posta pelo Sr. Sirley afirmou que o “cadastro” ou “registro” dos pescadores, não importa o qual o nome, é um instrumento de trabalho do Consórcio e que será feito por meio de entrevistas com pescadores e lideranças a partir do cadastro do MPA.

Diante das discussões acaloradas, o Sr. Alan Ducasble interferiu oferecendo a mediação do MPA para o processo, visto que estava visível a existência de um conflito que pode se agravar. Mostrou a importância de o grupo permanecer unido e reafirmou a prerrogativa do MPA como entidade representativa quanto à elaboração e ratificação do cadastro de pescadores que atuam na AID. Para que o MPA entre formalmente no processo é necessário que o Consórcio encaminhe uma solicitação formal, acompanhada das atas e memórias de reuniões já acontecidas.

A Sra. Maria Paula Almeida, engenheira de pesca do Ministério da Pesca, afirmou que o Consórcio está no caminho certo negociando de forma coletiva e que além de quaisquer compensações financeiras os representantes deveriam refletir sobre propostas sustentáveis da manutenção da atividade pesqueira e da renda. Reiterou a necessidade de participação de diversos atores que poderiam contribuir com o processo que estamos discutindo.

Neste momento o Sr. Redelvim reafirmou a necessidade da condução do processo de forma participativa e que qualquer decisão deverá ser baseada em critérios legítimos devidamente justificados, sobre a qual deverá ser estabelecida uma visão compartilhada de diversos atores tais como IBAMA, Comitê de Bacia do PS, EMATER, SEBRAE, Ministério Público - MP, etc..

Desta forma foi consenso de que é necessária a participação de outros atores que auxiliem na busca de soluções, entretanto o Sr. Pompilio e a Sra. Neuzita disseram não concordar com a participação do MP.

O Sr. Redelvim Dumont esclareceu que a efetivação das negociações acordadas só será iniciada após a obtenção da Licença de Instalação - LI.

Quando questionado sobre a construção da barragem e início das obras, o Sr. Redelvim informou isto se dará em função da obtenção da LI, que provavelmente ocorrerá no 2º semestre de 2012. Na oportunidade, foi informado a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL solicitou a devolução do processo da UHE Itaocara II para a realização de mais estudos, portanto o licenciamento e a construção deste empreendimento estão temporariamente adiados e sem previsão para retomada.

A partir da fala do representante do MPA referente a necessidade da participação de outros atores tais como IBAMA, FIPERJ, MPA, MP, EMATER e SEBRAE que poderão contribuir para a consolidação do processo de negociação, foi consenso entre as partes que estas entidades poderão ser convidadas no decorrer do processo.

O MPA se propôs a participar de todas as reuniões com a função mediadora e ficou encarregado de convidar o IBAMA para fazer o mesmo.

Durante a reunião foi distribuído o boletim informativo mais recente que contém a publicação da LP.

CONSIDERANDO QUE:

- A proposta do Sr. Alan para que o MPA participe como mediador vem de encontro à nossa estratégia para condução dos trabalhos, que é de estabelecer uma visão compartilhada com atores que fortaleçam as premissas que queremos adotar para o projeto:
 - Apoio à reestruturação da atividade econômica a partir de fortalecimento de projetos da Z-21 com a definição dos projetos de forma coletiva;
 - Apoio à família para geração de renda;
 - Não pagamento de benefícios pecuniários de forma individual aos pescadores.

- O processo de negociação conduzido até o momento tem gerado bons frutos tais como redução dos conflitos por meio dos esclarecimentos de posições e interesses, melhor conhecimento dos interesses dos pescadores, formação de um grupo para negociação, etc.;
- A entrada de novos atores com poder de bloqueio e antagonismo ao nosso método de negociação (advogados e assistente social) que têm hoje a adesão de 380 atingidos (pescadores e produtores rurais) e estão desqualificando nossa estratégia;
- Não temos equipe estruturada para prosseguir e estabelecer uma negociação consistente em forma de **NEGOCIAÇÃO POR CRITÉRIOS** que geraria produtos consistentes;
- Não temos recursos disponibilizados no momento para a realização de atividades tais como cadastramento dos pescadores da AID, desembarque pesqueiro e impactos do desvio do rio PS sobre a pesca, para que possamos definir as perdas e bloqueá-las quando possível;

Solicitamos reunião interna para definição de novas estratégias ao processo de negociação com a categoria de pescadores, tendo em vista o risco de insucesso e perdas significativas para o empreendedor.

Cabe registrar que o Sr. Alan confidenciou a necessidade iniciar o processo visto que a partir do dia 31 o MPA haverá mudanças no cadastramento de pescadores (**Decreto presidencial**).

ENCAMINHAMENTOS

| Descrição da ação | Responsável | Quando |
|---|-------------|--------|
| ➤ Enviar ao MPA as memórias das reuniões realizadas com os pescadores | Karen | |
| ➤ MPA convidar o IBAMA para participar das próximas reuniões | Alan | |
| ➤ MPA irá fornecer a lista dos pescadores registrados na AID | Alan | |
| ➤ Marcar a próxima reunião | Redelvim | |